



Ministério da
Ciência e Tecnologia



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

MARÇO, 2011



Ministério da
Ciência e Tecnologia



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107, de 27.10.2010, da Portaria TCU nº 277, de 07.12.2010 e da Portaria CGU nº 2.546, de 27.12.2010.

Brasília, 31/3/2011

SUMÁRIO

Introdução.....	6
A – CONTEÚDO GERAL	
1 – Informações gerais sobre a gestão.....	8
2 – Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira.....	9
4 – Informações sobre Restos a Pagar.....	23
5 – Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.....	24
6 – Informações sobre Convênios.....	31
7 – Declaração da área responsável sobre os sistemas SIASG e SICONV.....	34
8 – Informações sobre a Lei nº 8.370/93.....	34
9 – Informações sobre Controle Interno da Unidade.....	35
10 – Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.....	36
12 – Informações de Tecnologia da Informação da Unidade.....	37
13 – Informações sobre o Cartão de Pagamento do Governo Federal.....	38
15 – Deliberações do TCU.....	39
16 – Deliberações da CGU.....	40
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	
1 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	42

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACDH – Attitude Control and Data Handling
ACS – Alcântara Cyclone Space
AEB – Agência Espacial Brasileira
AGU – Advocacia Geral da União
ALSI-TEC – Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológicos
ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendedorismo
AOCS – Attitude and Orbit Control System
AWFI – Advanced Wide-Field Imager
CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres
CDR – Critical Design Review
CEA – Centro Espacial de Alcântara
CGU – Controladoria-Geral da União
CLA – Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
COBAE – Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
CSN/PR – Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais
GPM – Global Precipitation Measurement
IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia
ITP – Instituto de Tecnologia e Pesquisa
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MECB – Missão Espacial Completa Brasileira
MQ – Modelos de Qualificação
MV – Modelo de Voo
NAJ – Núcleo de Assessoria Jurídica
OCE – Organismo Certificador Espacial
PDR – Preliminary Design Review
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PMM – Plataforma Multimissão
PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNDAE – Política Nacional do Desenvolvimento das Atividades Espaciais
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Parceria Público-Privada
SGB – Sistema Geoestacionário Brasileiro
SINDAE – Sistema Nacional do Desenvolvimento das Atividades Espaciais
SINFRA – Secretaria de Estado da Infraestrutura
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
TCU – Tribunal de Contas da União
TMI – Torre Móvel de Integração
VLS – Veículo Lançador de Satélites
VSB – Veículos de Sondagem

LISTA DE QUADROS E TABELAS

- 1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
- 2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ
- 3 – Identificação das Unidades Orçamentárias
- 4 – Programação de Despesas Correntes
- 5 – Programação de Despesas Capital
- 6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas
- 7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- 8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
- 9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
- 10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
- 11 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
- 12 – Composição do Quadro de Recursos Humanos
- 13 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária
- 14 – Composição do Quadro de Servidores Inativos
- 15 – Composição do Quadro dos Instituidores de Pensão
- 16 – Composição do Quadro de Estagiários
- 17 – Quadro de Custos de Recursos Humanos
- 18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-obra
- 19 – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviços de Mão-de-obra
- 20 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
- 21 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- 22 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
- 23 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse
- 24 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- 25 – Estrutura de controles internos da UJ
- 26 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- 27 – Gestão de TI da UJ
- 28 – Cartão de Pagamento do Governo Federal
- 29 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
- 30 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- 31 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
- 32 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- 33 – Declaração Plena do Contador

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Agência Espacial Brasileira – AEB, está estruturado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens: 3 – Informações sobre reconhecimento de passivos; 11 – Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ; 14 – Informações sobre Renúncia Tributária; e 17 – Outras informações consideradas relevantes pela Unidade, não se aplicam a esta Autarquia.

A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil, foi criada em 10 de Fevereiro de 1994 e está atualmente vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A AEB tem por finalidade a promoção e o desenvolvimento das atividades de interesse nacional em conformidade com a lei 8.854.

A Lei 8.854 também define em seu Art. 3º as competências da Agência, *in verbis*:

I- executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;

II - propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;

III - elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;

IV - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;

V - analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;

VI - emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;

VII - incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;

VIII - estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;

IX - estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;

X - estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;

XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;

XII - identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;

XIII - estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;

XIV - aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

A fim de materializar essas competências foi criada a Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais pelo Decreto nº 1.332/94 e o Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE como forma de complementar as ações já em curso da Missão Espacial Completa Brasileira - MECB, coordenadas pela antiga Comissão Brasileira de Atividades Espaciais – COBAE.

No período de 1994/2009 a AEB buscou sua consolidação como ator central no planejamento e gestão do PNAE e contou com as importantes parcerias dos atores executores, dos quais destacamos o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, responsável pela execução dos programas de satélites, observação da terra e meteorológico, bem como todas as tecnologias associadas para este fim; o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA, responsável pela execução dos programas de lançadores e suas tecnologias congêneres; o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – CLBI e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA responsáveis pela execução dos programas dos centros de lançamento. Ademais, as parcerias com a CAST/China, NASA/EUA, DLR/Alemanha, ESA/Europa, CNES/França em projetos específicos também merecem especial destaque. Por fim, também tem sido intensificadas as ações junto à binacional Alcântara Cyclone Space – ACS para o fortalecimento do tratado Brasil/Ucrânia.

O ano de 2010 guardou importantes realizações no tocante às ações da AEB que incluíram desde a participação na discussão do PNAE no Conselho de Altos Estudos da Câmara Federal, concessão de bolsas de estudo em convênio com o CNPq, a consolidação de ações institucionais voltadas à educação para a ciência, bem como a conclusão da Torre Móvel de Integração – TMI e o avanço nos programas de satélites e de lançadores, conforme apresentado nas seções seguintes deste relatório.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

EXERCÍCIO DE 2010

A – CONTEÚDO GERAL

1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Agência Espacial Brasileira – AEB			
Denominação abreviada: AEB			
Código SIORG: 4243	Código LOA: 24205	Código SIAFI: 203001	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia			Código CNAE: 7210-0
Telefones/Fax de contato:	(61) – 3411-5500		
Endereço eletrônico: www.aeb.gov.br			
presidencia@aeb.gov.br			
Endereço Postal: SPO – Área 5 – Quadra 3 – Bloco A – 2º Andar – CEP: 70.610-200			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
...			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.854, de 10.02.1994 – Natureza Civil – finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Decretos nºs 4.566 e 4.718, de 01.01.2003 e 04.06.2003, respectivamente			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:

A estratégia de implementação do Programa segue a mesma já estabelecida para o período de 2008 a 2011, que tem por base os seguintes princípios:

- Foco no atendimento às necessidades dos usuários de bens e serviços espaciais.
- Autonomia na área de pequenos satélites e respectivos veículos lançadores
- Adoção de padrões de segurança e qualidade compatíveis com as normas internacionais.
- Busca da sustentabilidade do modelo de financiamento das atividades espaciais mediante a comercialização de bens e serviços espaciais.
- Integração da indústria e da academia ao conjunto das instituições envolvidas com a implementação do PNAE.
- Fortalecimento das instituições direta ou indiretamente envolvidas com a implementação do PNAE, com ênfase em:
 - i. formação, capacitação e alocação de recursos humanos de modo a favorecer a inovação tecnológica e o aperfeiçoamento da gestão;
 - ii. utilização de métodos, técnicas e ferramentas de gestão do conhecimento gerado no âmbito destas instituições; e
 - iii. utilização de métodos, técnicas e ferramentas de planejamento estratégico e tecnológico para a área espacial.

As prioridades definidas para responder aos objetivos do Programa no período 2008 a 2011 continuam sendo as mesmas, quais sejam:

1. Continuação do desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e seus sucessores, com incremento da participação industrial, e da infraestrutura de lançamento, incluindo o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).
2. Em todas as missões, sempre que possível, será agregada uma carga útil para manutenção e atualização do Sistema de Coleta de Dados Brasileiro, eliminando a necessidade de satélites específicos
3. Conclusão do projeto da Plataforma Multimissão.
4. Continuação do projeto dos satélites CBERS e dos meios de processamento e distribuição de imagens.
5. Promoção da comercialização dos meios de acesso ao espaço, pela implantação da empresa Alcântara Cyclone Space (ACS) e da infraestrutura geral do Centro Espacial de Alcântara (CEA), que inclui sítios de lançamento comerciais.
6. Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento voltados para o domínio de tecnologias críticas, com participação dos setores acadêmico e industrial.
7. Condução de projetos mobilizadores que atendam às demandas nacionais em Observação da Terra, Missões Científicas e Tecnológicas, Telecomunicações e Meteorologia, incluindo o desenvolvimento de satélites geoestacionários, de satélites de observação por radar de abertura sintética (SAR) e missões científicas com satélites, balões e foguetes de sondagem.
8. Manutenção e industrialização do bem-sucedido programa de foguetes

de sondagem.

9. Incremento da participação da indústria nacional no desenvolvimento das atividades e projetos contemplados pelo Programa, promovendo, inclusive, a transferência de tecnologias geradas no INPE e no CTA.

10. Utilização de instrumentos de cooperação internacional que envolvam transferência de tecnologia e coincidam com os interesses nacionais.

Seguindo as mesmas orientações estratégicas passadas, as ações sob responsabilidade da AEB continuam sendo executadas diretamente ou mediante convênio com as instituições governamentais dedicadas às atividades espaciais e com universidades brasileiras; como principais órgãos setoriais do SINDAE, as ações sob responsabilidade do INPE e do DCTA tem execução direta, através da descentralização de créditos. A participação da indústria nacional ocorre através de contratos nos projetos de desenvolvimento tecnológico levados a cabo por esses dois órgãos setoriais de execução.

Em 2010, foi editada nova Portaria da AEB, que regulamenta a descentralização de recursos, buscando, entre outros, melhor definir responsabilidades, bem como reduzir e evitar os restos a pagar, que têm sido crescentes nos últimos anos.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

As restrições, principalmente de ordem orçamentária, verificadas em 2010, quando maiores investimentos eram necessários, limitaram em muito os resultados de natureza mais expressivos, dentro das prioridades estabelecidas na estratégia de implementação do programa para o período de 2008 a 2011.

Não obstante este fato, podem ser destacados em linhas gerais os avanços dos projetos de modernização e atualização da infraestrutura geral do CLA para dar suporte aos lançamentos dos foguetes nacionais e aos lançamentos do foguete ucraniano Cyclone-4. Pelo lado dos satélites destaca-se o avanço da primeira missão (Amazônia 1) baseada na Plataforma Multimissão (PMM) e a finalização do desenvolvimento de importantes equipamentos e sub-sistemas do satélite CBERS 3. Pelo lado do programa de lançadores e foguetes de sondagem, destacam-se os resultados referentes à preparação do “Mock-up” de Integração de Redes Elétricas (MIR) a ser montado na Torre Móvel de Integração (TMI) do VLS, que tem sua conclusão prevista para meados de 2011 e as campanhas de foguetes de treinamento, juntamente com o bem sucedido lançamento e recuperação do VSB-30, na missão Maracati-II.

Os resultados detalhados das principais ações do programa são os seguintes:

1) Implantação do Centro Espacial de Alcântara

Em 2010, foi dada continuidade à execução dos projetos de modernização da infraestrutura de apoio ao lançamentos de foguetes no CLA.

Os projetos contratados pela AEB em 2010, com conclusão prevista em 2011, consistiram na elaboração do Projeto Executivo para implantação de infraestrutura no Aeródromo do CLA e do Projeto Executivo do Porto de Cargas e via de acesso; construção da Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos na cidade de Alcântara; implantação de Sistema Integrado de Segurança Eletrônica e de Sistema de Controle Operacional e Disparo no CLA e instalação da Rede de Tramitação de Dados no CLA.

Com relação aos projetos executados pelo CLA em 2010, alguns com conclusão em 2011, destacam-se: construção da Torre Anemométrica, modernização da Sala de Controle Operacional, recuperação do pavimento da pista de pouso e decolagem, adequação e licitação do Projeto Executivo da primeira fase de correção e adaptação do sistema de aterramento e do sistema de proteção contra descargas atmosféricas, elaboração de Projeto Executivo para adequação do CLA à

acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e licitação do Projeto de Revitalização de 84 Casas da VRT, com empenho de parte dos recursos.

2) Alcântara Cyclone Space – ACS

Em 2010 foram injetados R\$ 50 milhões para a integralização do capital da ACS. Além do lançamento, em setembro de 2010, da pedra fundamental da ACS no CLA, foi assinado documento de cessão de área para uso da ACS, onde será construído o sítio de lançamento do Cyclone-4, possibilitando assim o início dos trabalhos de supressão vegetal no local, bem como das obras específicas necessárias.

3) Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (CBERS)

Foi realizado o CDR (Critical Design Review) de sistema do CBERS-3 em fevereiro de 2010. Devido aos problemas do CBERS-2B, que deixou de operar em abril de 2010, estão sendo feitas mudanças no AOCS (Attitude and Orbit Control System), substituindo o computador de bordo. Estas mudanças implicaram um atraso no cronograma e as atividades de integração e testes do Modelo de Voo (MV) do CBERS-3 foram reprogramadas para abril de 2011. Os Modelos de Qualificação (MQ) estão sendo fabricados e o MV do subsistema estrutura já está na China. O lançamento do satélite está previsto para 2012. As atividades do CBERS-4 são recorrentes do CBERS-3.

4) Desenvolvimento de satélites baseados na PMM

Encontra-se ainda em desenvolvimento pela indústria nacional (Consórcio PMM) a Plataforma Multi-Missão (PMM). Esse desenvolvimento sofreu sucessivos atrasos desde seu início há 9 anos. O atraso total no cronograma da PMM é de cerca de 5 anos. O cronograma estabelecido no 13º termo aditivo ao contrato entre a AEB e o Consórcio PMM, assinado em junho de 2009, não será, igualmente, cumprido. Foram tomadas as providências administrativas necessárias para que essa situação fosse solucionada e não causasse maiores prejuízos ao Programa Espacial Brasileiro.

O relatório da Fase B do projeto MAPSAR está em fase final de conclusão. Entretanto, a parceria com a Alemanha não foi concretizada

Em setembro 2010, no CNES, em Toulouse, França, foi realizada a reunião para a conclusão do Relatório de Pré Fase A do projeto GPM (*Global Precipitation Measurement*). Foram feitas apresentações técnicas que levaram a recomendações e sugestões para a continuidade do projeto.

Em relação ao satélite científico com base na PMM (Lattes) foi consolidada a configuração da missão Equars. Não foi consolidada a configuração da missão Mirax, portanto não foi concluída a Pré Fase A do satélite científico Equars/Mirax, que foi prorrogada para 2011. Foi concluído o processo de compra do gerador solar e a licitação do subsistema estrutura será concluída no dia 15 de dezembro de 2010.

A primeira missão espacial que utilizará a PMM, o satélite Amazônia-1, encontra-se em fase final de desenvolvimento. A carga útil do Amazônia-1 está sendo desenvolvida pela indústria nacional, que tem como componente principal uma câmara AWF1. O Amazônia 1 deverá ser lançado em 2013. O cronograma da câmera AWF1 (contratada por R\$ 37 milhões) prevê a entrega da documentação da CDR em fevereiro de 2011, o início da CDR em abril de 2011, a conclusão da CDR e entrega do modelo de engenharia (ME) em maio de 2011 e a entrega do modelo de voo (MV) em agosto de 2012. Encontram-se em execução os processos de compra dos últimos itens da carga útil (sistemas de gravação e transmissão e a estrutura do módulo da carga útil).

5) Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB)

Encontra-se em andamento a análise pela AEB e MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) dos produtos que estão sendo apresentados pelo consórcio de empresas que realiza um estudo de viabilidade sobre a implantação de uma parceria público-privada (PPP) para o Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB). Os três primeiros relatórios (Arcabouço Legal, Experiências Internacionais e Levantamento da Demanda) não foram aceitos, tanto pela AEB quanto pelo MPOG, e o problema foi levado ao PNUD. A situação atual é de se tentar melhorar sequencialmente cada produto e, caso sejam aceitos, o trabalho poderia ter continuidade.

6) Desenvolvimento de Satélites de Pequeno Porte

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

A partir de 2009, a AEB iniciou a implementação de um modo de gestão que busca integrar, onde for possível, todas as ações e projetos em três linhas básicas: apoio ao desenvolvimento de tecnologias críticas para o Programa Espacial Brasileiro, apoio ao desenvolvimento de plataformas e cargas úteis de baixo custo e reestruturação do AEB Escola.

Microsatélite Itasat 1 (treinamento com foco na pós-graduação)

A principal ação nesta linha é o desenvolvimento do satélite universitário Itasat 1. Este satélite tem como objetivos principais o treinamento dos estudantes e o teste de um modelo de gestão com metas de orçamento e cronograma pré-fixados, e tem previsão de entrega do modelo de engenharia no final de 2011 e do modelo de voo no final de 2012.

O projeto está seguindo o cronograma inicial de 3 anos a partir de janeiro de 2010 de acordo com os padrões ECSS, da ESA, com a MDR, PRR e SRR realizadas em 02/10, 03/10 e 08/10, respectivamente, e a PDR está prevista para ser realizada em 03/11. A AEB também financiará o lançamento do satélite como “carona” e ao final da PDR iniciará as negociações para a contratação do lançador.

Picossatélites (treinamento com foco na graduação)

Com o objetivo de prover treinamento mais rápido para estudantes de graduação, a AEB está concluindo discussões para iniciar a implantação de um programa piloto de apoio a projetos de “cubesats” (picossatélites de 1kg, com consumo máximo de 1W em cubos de 10 cm de aresta). Os projetos em fase de elaboração de missão serão desenvolvidos nas seguintes instituições: CRN-INPE (teste em picossatélite de uma versão miniaturizada do *transponder* desenvolvido para o Itasat 1), CRS-INPE (estudos da anomalia geomagnética do Atlântico Sul, projeto que já estava em andamento anterior), ITA (desenvolvimento de uma plataforma nacional de cubesats) e POLI-USP (teste em voo de circuitos integrados resistentes à radiação). O conjunto de projetos terá uma dotação de cerca de 1 milhão de reais.

Plataformas sub-orbitais - Microgravidade

O programa Microgravidade é o resultado do financiamento conjunto da DTEL (foguetes de sondagem) e da DSAD (experimentos), além de acordos de cooperação entre o IAE-DCTA e o DLR. O recente sucesso no lançamento e recuperação da carga útil da Campanha Maracati II, em 12/12/10, no lançador VSB-30 é o principal resultado dessa área nos últimos anos. A campanha tinha como objetivo realizar 6 experimentos científicos nas áreas de química, bioquímica, materiais, metalurgia e fisiologia vegetal, além de 2 experimentos tecnológicos de controle térmico, um de navegação e guiagem e um com fins educacionais.

A campanha envolveu colaboração entre 6 universidades, o INPE, o IAE e a agência espacial alemã (DLR). Este sucesso prenuncia a possibilidade de maiores investimentos em

aplicações sub-orbitais do espaço como ambiente de experimentação científica e tecnológica. Os resultados desta campanha também estimulam os parceiros a buscar, a partir de uma análise detalhada da capacidade nacional de construção de lançadores, dos fatores que contribuíram para o sucesso da campanha e de seus custos finais, formas de dar cadência a novos lançamentos de foguetes de sondagem. A próxima campanha de microgravidade, também no VSB-30, deverá incluir os experimentos restantes do terceiro Anúncio de Oportunidades do Programa.

Desenvolvimento de tecnologias críticas

Uniespaço

O principal resultado dos últimos anos foi o lançamento, julgamento e execução dos projetos do Anúncio de Oportunidades de 2009 (AO 2009) do Programa Uniespaço, além da renovação de projetos considerados pertinentes submetidos de anúncios anteriores. Nesse, o foco do fomento foi maior em demandas induzidas de tecnologias críticas para o Programa Espacial Brasileiro indicadas pelo INPE e pelo IAE. 17 de 33 projetos foram aprovados nos temas: computador de bordo para aplicação espacial, sensores e atuadores para sistemas de controle de atitude, veículos espaciais e materiais. Os 33 projetos são executados em 20 instituições espalhadas por 9 estados diferentes, o que contribui para atrair para o Programa espacial Brasileiro pesquisadores de fora do pólo de São José dos Campos – SJC.

10) Desenvolvimento de Foguetes de Sondagem

Os foguetes de sondagem VSB-30 e Orion foram lançados, com sucesso, no final de 2010. Com relação aos foguetes de treinamento Orion, conforme previsto, um foi lançado a partir do CLA e a operação foi um sucesso. O segundo, com lançamento previsto para 2010 foi reprogramado para 2011 em função do atraso no lançamento que ocorreu no final do ano no CLA. Esse lançamento deverá ocorrer a partir do CLBI. Além do Orion, foram lançados foguetes de treinamento, no âmbito do Projeto FOGTREIN, a partir do CLA e do CLBI. Nesses casos, os foguetes eram do tipo básico e intermediário, fabricados pela AVIBRÁS.

11) Veículo Lançador de Satélites

Com relação ao desenvolvimento do veículo lançador, destaca-se a incorporação das modificações no VLS-1, decorrentes da Revisão Crítica de Projeto (CDR) realizada em parceria com a State Rocket Center (SRC/Makeyev). Prossegue em andamento a preparação do “Mock-up” de Integração de Redes Elétricas (MIR), do VLS-1 XVT-01 (dois estágios ativos), do VLS-1 XVT-02 (os 4 estágios ativos) e do VLS-1 V04 bem como o desenvolvimento dos motores bobinados para o VLS-1. Destaca-se ainda que o IAE realizou a instalação e teste do Sistema de Vibração de grande porte em setembro.

A nova Torre Móvel de Integração (TMI) do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi parcialmente concluída, uma vez que encontra-se em andamento a parte referente ao desenvolvimento e implantação dos seus sistemas de controle operacional. A parte referente às obras civis e aos demais serviços e utilidades foi entregue, embora ainda dependa do recebimento final da obra, que está previsto para ocorrer em meados de 2011. Para permitir a conclusão, o contrato com o Consórcio foi prorrogado até o final de 2011.

A TMI é uma das plataformas mais modernas do mundo para veículos espaciais do porte do Veículo Lançador de Satélites (VLS) – capaz de colocar satélites de até 380 quilogramas em órbita de baixa excentricidade (próxima a um círculo) e baixa inclinação (próxima ao plano do equador). A plataforma custou pouco mais de R\$ 44 milhões e foi construída com tecnologia de ponta pelo consórcio Jaraguá-Lavitta, sob a supervisão conjunta de uma equipe de engenheiros e técnicos do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) e do CLA. Grande parte das modificações em relação ao projeto anterior visou tornar a torre mais segura e de operação mais fácil.

12) Sistema de Metrologia, Normalização e Certificação para a Área Espacial

Os principais resultados obtidos em 2010 são referentes ao desenvolvimento e fortalecimento integrado dos recursos materiais, humanos e processos técnico-gerenciais. Podemos destacar o processo de análise de conformidade do VLS-1, por meio do acompanhamento das revisões de projeto inseridas pelo IAE, acompanhamento, certificação e revisões da Plataforma Suborbital de Microgravidade, abertura do processo de análise de segurança do sítio de lançamento do Cyclone-4 e preparação dos laboratórios do INPE/LIT para operarem como Organismo Certificador Espacial (OCE) do PNAE.

PRINCIPAIS DIFICULDADES OBSERVADAS NO PERÍODO

Os principais problemas estruturais ou situacionais que o programa enfrenta são os mesmos já relatados em relatórios de gestão passados. As dificuldades ainda persistem, visto que a quase totalidade das suas soluções depende das políticas estabelecidas em outras instancias de decisão governamental. Não obstante este fato, a AEB, sempre que possível, tem procurado elevar esses temas para essas instancias apropriadas, como meio de sensibilização e busca de soluções.

Entre os problemas situacionais, já anteriormente relatados e alegados pelos órgãos executores, cabem, novamente, ser citados:

I – A restrição à importação de componentes de qualificação espacial dos Estados Unidos, que resultou na necessidade de reprojetar inúmeros equipamentos do satélite CBERS, acarretando em atrasos e aditivos nos contratos em vigor; e

II - A dificuldade na celebração de novos contratos causada pelos longos prazos de análise requeridos pelo Núcleo de Assuntos Jurídicos de S. José dos Campos (NAJ/SJC/CGU/AGU), relacionados ao INPE e ao DCTA, de modo que diversos contratos são assinados apenas no final do ano, exibindo, assim, baixa execução.

Como principais disfunções estruturais verificadas e que, caso corrigidas, poderiam impactar de forma mais intensa e positiva nos resultados, podem ser destacadas as seguintes:

1 – Programa Espacial como Programa de Estado aliado a uma Política de Compras Governamentais:

Nos países detentores de tecnologia espacial, o papel do Estado é fundamental no direcionamento dos seus esforços, tanto nas atividades de P,D&I e suas aplicações decorrentes, principalmente onde os custos e riscos são elevados, como também no estabelecimento de políticas de encomendas ou compras governamentais, como forma de estimular e consolidar um mercado comercial de bens e serviços espaciais.

No caso brasileiro, o programa espacial, orientado para atender as necessidades do governo e da sociedade em geral, carece de um tratamento como programa de Estado, pelo qual, dentro de uma perspectiva político-estratégica de longo prazo, fique claramente definida a natureza das demandas tipicamente de Estado para as quais o programa deve focalizar.

É a partir dessas demandas que o programa espacial poderá orientar e melhor promover o desenvolvimento das capacidades de observação da Terra, comunicações, aplicações científicas, posicionamento e navegação e de acesso independente ao espaço. Nesse contexto entram também as atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, que induzem inovação e geram emprego e renda com a participação da indústria nacional. Trata-se, aqui, do domínio das tecnologias que possibilitarão esse conjunto de capacidades: satélites, instrumentos de observação, propulsão e foguetes e sistemas de controle de solo.

Além das orientações das demandas de Estado para o programa espacial brasileiro, há necessidade também de se estabelecer uma política e estratégia de encomendas ou compras governamentais para estimular no país um mercado comercial, que favoreça a consolidação e ampliação da nascente cadeia de pequenos e micro empresas de

fornecedores do setor espacial, atrelada a empresas do tipo *prime-contractor*, como meios de alavancar todo o setor e adensar a cadeia produtiva.

2 – Limitações da Lei de Compras e Contratações na contratação de Desenvolvimentos Tecnológicos:

A legislação atual (Lei 8.666/93) tem uma concepção voltada ainda para a contratação de obras civis e compras ordinárias. Para os casos de projetos de desenvolvimento tecnológico, a legislação traz restrições, como exemplo, para que uma ou mais empresas, além de participar da fase de concepção e elaboração do projeto, como estímulo à melhoria da qualidade, possam também participar da fase de produção ou desenvolvimento. Inexistem também mecanismos de contratação mais flexíveis, tipo “cost-plus”, para a fase de elaboração do projeto, impondo a modalidade “preço fixo” apenas à fase de produção, quando o risco se torna marginal. Há necessidade de aprovação de legislação específica para flexibilizar as regras de compras e encomendas governamentais junto às empresas da cadeia produtiva espacial brasileira, reduzindo a carga tributária dos produtos e serviços do setor espacial e criando também incentivos fiscais para empresas que produzam no país bens e serviços da área espacial.

3 – Descontinuidades e incertezas nos investimentos:

A elevação do volume dos investimentos a patamares, no mínimo, próximos daqueles previstos no PNAE 2005-2014, ou seja, da ordem de R\$ 800 milhões por ano, associada à garantia de uma estabilidade no fluxo desses recursos, constitui o principal desafio do programa espacial, na dimensão dos investimentos. A abrupta ruptura e descontinuidade dos investimentos verificados desde o início da década de 90 até o início dos anos 2000 ocasionaram grande atraso nos projetos, descontinuidade nas contratações com a indústria, desmobilização de equipes e, principalmente, um grande descompasso entre os programas associados aos centros de lançamento, veículos lançadores e satélites, definidos como eixos estratégicos centrais no processo de domínio do ciclo completo da tecnologia espacial. Apesar da ligeira recuperação dos investimentos verificada principalmente em 2009, os recursos sofreram novas reduções em 2010.

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;

2 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0464		Denominação: NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS				
Tipo do Programa: FINALÍSTICO						
Objetivo Geral: INCENTIVAR A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS						
Objetivos Específicos: DESENVOLVER E UTILIZAR TECNOLOGIAS ESPACIAIS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS NACIONAIS						
Gerente: CARLOS GANEM				Responsável: -----		
Público Alvo: GOVERNO, COMUNIDADE CIENTÍFICA E SETOR PRODUTIVO NACIONAL						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
351.947.251,00	345.868.218,00	326.450.936,60	326.450.936,60	158.853.461,29	167.015.066,64	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	31/12/2006	37,25	39,50	39,00	27,60
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre os valores pagos nos contratos de fornecimento, por empresas brasileiras, de produtos ou serviços para programa espacial e o montante do dispêndio total com as ações finalísticas do PNAE, em cada exercício fiscal.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice apurado ficou aproximadamente 30% abaixo do previsto, em razão do atraso na entrega pela indústria nacional dos subsistemas de telemetria, telecomando e controle (TT&C) e de propulsão do satélite Amazonia-1, bem como da decisão pela contratação de empresa argentina para desenvolver o subsistema de controle de atitude e órbita (ACDH) desse satélite, que apresenta elevada complexidade tecnológica para as empresas brasileiras. Esses subsistemas correspondem, atualmente, os principais desafios tecnológicos do programa de satélites de sensoriamento remoto.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC)	31/12/2006	11,00	78,00	58,00	20,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Média ponderada dos graus de desenvolvimento dos equipamentos ou processos definidos como estratégicos, utilizando-se como peso os correspondentes graus de interesse ou relevância. Os valores dos graus de desenvolvimento adotados são, para Institutos de Pesquisa: não iniciado (0); em desenvolvimento (0,15); qualificado/testado (0,8); industrializado (1); para empresas nacionais: não iniciado (0); em desenvolvimento (0,25); qualificado/testado (0,95); industrializado (1). Os equipamentos e processos estratégicos e respectivos graus de interesse ou relevância são: computador avançado para sistema de supervisão de bordo (5); sensor de estrelas (5); recepção GPS com antena ativa (5); banco de testes para motores a propelente líquido (5); fabricação de propulsores sólidos acima de 2000 mm (5); motor foguete a propelente líquido 220 kN a 300 kN (5); motor foguete a propelente líquido 55 kN a 75 kN (5); motor foguete a propelente líquido 15 kN a 20 kN (5); motor foguete a propelente líquido 3 kN a 5 kN (5); giroscópio a fibra óptica (5); laboratório para ensaios ambientais - VLS (5); subsistema de controle de atitude da plataforma multimissão (5).						
Análise do Resultado Alcançado						
Apesar de vários projetos terem avançado em 2010, o Índice apurado em 2010 se manteve igual ao do ano de 2009 e abaixo do previsto. Isso se deve ao fato de projetos que foram finalizados ou que estão em via de término ainda não terem sido "qualificados/testados" desta forma, permanecem "em desenvolvimento".						

Fonte: AEB/DPEI

II. Execução física das ações realizadas pela UJ

3 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	122	0464	09HB	A	3	Não requer	0,0	0,0	0,0
19	122	0464	2272	A	3	Não requer	0,0	0,0	0,0
19	128	0464	20CB	A	3	Unidade	50,0	31,0	50,0
19	301	0464	2004	A	3	Unidade	34,0	43,0	55,0
19	301	0464	20CW	A	3	Unidade	30,0	44,0	30,0
19	306	0464	2012	A	3	Unidade	43,0	41,0	47,0
19	331	0464	2011	A	3	Unidade	25,0	24,0	23,0
19	365	0464	2010	A	3	Unidade	7,0	6,0	7,0
19	572	0464	10ZG	P	3	% de execução física	16,0	7,5	30,0
19	572	0464	10ZH	P	3	% de execução física	15,0	9,0	15,0
19	572	0464	10ZI	P	3	% de execução física	10,0	6,5	5,0
19	572	0464	10ZJ	P	3	% de execução física	23,0	11,0	23,0
19	572	0464	10ZK	P	3	% de execução física	40,0	28,0	39,0
19	572	0464	10ZL	P	3	% de execução física	19,0	3,0	40,0
19	572	0464	2253	A	3	Unidade	1,0	1,0	1,0
19	572	0464	2460	A	3	Unidade	3,0	3,0	3,0
19	572	0464	2B91	A	3	Unidade	2,0	2,0	2,0
19	572	0464	4183	A	3	Unidade	75,0	70,0	75,0
19	572	0464	4195	A	3	Unidade	2800,0	225690,0	2800,0
19	572	0464	4933	A	3	Unidade	14,0	14,0	15,0
19	572	0464	4934	A	3	Unidade	1,0	0,5	1,0
19	572	0464	4958	A	3	Unidade	20,0	19,0	20,0
19	572	0464	4959	A	3	Unidade	3,0	3,0	3,0
19	572	0464	6239	A	3	Unidade	1,0	1,0	1,0
19	572	0464	6240	A	3	Unidade	2,0	2,0	2,0
19	572	0464	6704	A	3	Unidade	6,0	6,0	6,0
19	572	0464	7F40	P	3	% de execução física	10,0	2,0	10,0
19	665	0464	1C68	P	3	% de execução física	6,0	6,0	6,0

Fonte: AEB/DPEI

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:

4 – Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Agência Espacial Brasileira – AEB	24205	203001

I. Programação Orçamentária das Despesas

5 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes							
	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes			
	Exercícios		Exercícios		Exercícios			
	2009	2010	2009	2010	2009	2010		
LOA	Dotação proposta pela UO					216.616.212		
	PLOA					177.322.591	137.821.941	
	LOA					106.574.805	137.458.574	
CRÉDITOS	Suplementares					17.572.000	4.315.867	
	Especiais	Abertos					1.000	
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados					1.000	3.952.500		
Outras Operações								
Total							4.104.723	4.287.290

6 – Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Dotação proposta pela UO		216.616.212					
L	PLOA	113.079.000	151.523.000				
	LOA	117.533.221	151.523.000				
Suplementares		60.000.000					
Esp cia is	Abertos						
	Reabertos						
Ext C rao R rdi nár ios	Abertos						
	Reabertos						
Créditos Cancelados			6.447.500				
Outras Operações							
Total		177.533.221	145.075.500				

Fonte: SIAFI

7 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LO A	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	180.837.314	142.092.131	113.079.000	151.523.000		
	LOA	110.089.528	141.728.764	117.533.221	151.523.000		
CR ÉD IT OS	Suplementares	18.162.000	4.332.967	60.000.000			
	Especiais	Abertos	1.000				
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados			3.952.500		6.447.500		
Outras Operações							
Total		128.252.528	142.109.231	177.533.221	145.075.500		

Fonte: SIAFI

8 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		concedente ou	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	120013	19.572.0464.2460.0001			7.375.874,19
		120015	19.572.0464.2460.0001			2.760.000,00
		120016	19.572.0464.2460.0001			1.770.500,26
		120016	19.572.0464.6239.0001			24.006.499,01
		120016	19.572.0464.6240.0001			1.840.575,63
		120016	19.572.0464.6704.0001			2.472.559,53
		120016	19.665.0464.1C68.0035			990.659,50
		240101	19.122.0464.2272.0001			1.076.269,95
		240101	19.572.0464.2460.0001			593.859,09
		240106	19.572.0464.2253.0001			2.459.436,42
		240106	19.572.0464.4183.0001			2.491.939,29
		240106	19.572.0464.4195.0001			8.349.760,28
		240106	19.572.0464.4934.0001			354.407,86
		240106	19.572.0464.4958.0001			1.295.000,00
		240106	19.572.0464.4959.0001			3.199.850,73
		240106	19.572.0464.6704.0001			45.212,96
		240106	19.665.0464.1C68.0035			173.137,38
		240106	19.572.0464.10ZG.0001			2.999.961,98
		240106	19.572.0464.10ZH.0001			399.837,54
		240106	19.572.0464.10ZI.0001			5.030.000,00
		240106	19.572.0464.10ZJ.0001			23.175.053,64
		240106	19.572.0464.10ZK.0001			19.000.000,00
		240106	19.572.0464.10ZL.0001			890.912,91
		364102	19.128.0464.20CB.0001			447.000,00

Natureza da Movimentação de Crédito		concedente ou	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	120013	19.572.0464.7F40.0101	8.805.469,48		
		120015	19.572.0464.2460.0001	3.208.682,15		
		120016	19.572.0464.2460.0001	4.920.476,12		
		120016	19.572.0464.6239.0001	3.607.655,26		
		120016	19.572.0464.6704.0001	4.251.786,42		
		120016	19.665.0464.1C68.0035	562.198,34		
		240106	19.572.0464.2253.0001	1.039.430,81		
		240106	19.572.0464.4183.0001	599.347,96		
		240106	19.572.0464.4195.0001	2.849.683,82		
		240106	19.572.0464.4958.0001	1.249.053,84		
		240106	19.572.0464.4959.0001	1.782.199,09		
		240106	19.665.0464.1C68.0035	79.779,80		
		240106	19.572.0464.10ZG.0001	1.999.373,89		
		240106	19.572.0464.10ZH.0001	1.599.749,41		
		240106	19.572.0464.10ZI.0001	3.538.358,97		
		240106	19.572.0464.10ZJ.0001	15.794.680,68		
		240106	19.572.0464.10ZK.0001	48.700.000,00		
		240106	19.572.0464.10ZL.0001	6.037.273,24		

II. Execução Orçamentária das Despesas

9 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	127.344	1.204.090	127.344	1.204.090
Pregão	3.069.259	2.648.849	3.069.259	2.648.849
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	480.487	23.461.708	480.487	23.461.708
Inexigibilidade	196.319	66.868	196.319	66.868
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	11.427	4.316	11.427	4.316
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	3.704.754	3.631.603	3.704.754	3.631.603
Diárias	351.139	306.293	351.139	306.293
Outros	34.847.118	18.040.787	34.847.118	18.040.787

Fonte: SIAFI

Valores em R\$

1,00

10 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
3190.01.00	66.726	77.078	66.726	77.078			66.726	77.078
3190.03.00	29.686	33.046	29.686	33.046			29.686	33.046
3190.11.00	2.837.266	2.907.923	2.837.266	2.907.923			2.837.266	2.907.923
3190.16.00	98.611	69.754	98.611	69.754			98.611	69.754
3190.92.00	13.155	276.92	13.155	276.92			13.155	276.92
3190.96.00	599.089	547.524	599.089	547.524			599.089	547.524
3190.13.00	354.071	411.811	354.071	411.811			354.071	411.811
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
3350.41.00	2.447.448	9.999.831	215.128	6.823.832	2.232.320	3.399.999	215.128	6.599.832
3390.08.00	6.973	7.362	6.973	7.362	180	0	6.973	7.362
3390.14.00	246.523	283.077	238.160	283.077	8.363	0	238.160	283.077
3390.15.00	934	1.389	934	1.389	1	0	933	1.389
3390.30.00	156.659	80.598	129.534	80.598	27.125	3.890	129.534	76.708
3390.32.00	34.669	0	34.669	0	0	0	34.669	0
3390.33.00	365.182	281.280	345.182	281.280	20.000	45.884	345.182	235.396
3390.35.00	320.000	0	0	0	320.000	0	0	0
3390.36.00	135.193	85.595	135.193	85.595	81.484	0	53.709	85.595
3390.37.00	911.672	1.601.483	829.672	1.601.483	81.939	90.744	829.733	1.510.739
3390.39.00	2.163.578	2.817.415	1.623.747	2.817.415	1.203.745	1.288.333	959.833	1.529.082
3390.46.00	91.414	174.495	91.414	174.495	0	0	91.414	174.495
3390.47.00	1.253	0	1.253	0	0	0	1.253	0
3390.49.00	22.751	21.789	22.751	21.789	0	0	22.751	21.789
3390.92.00	0	15.900	0	15.900	0	0	0	15.900
3390.93.00	273.345	249.589	264.212	249.589	32.853	51.532	240.492	198.057
3391.00.00	51.465	32.096	0	32.096	1.725	6.403	49.740	25.693

Fonte: SIAFI e SIGMCT

Valores em R\$
1,00

11 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
44.30.41.00	30.000.000	0	30.000.000	0	30.000.000	0	0	0
44.50.41.00	0	3.090.027	0	3.090.027	0	3.004.727	0	853.000
44.50.42.00	500.000	0	500.000	0	500.000	0	0	0
44.90.39.00	0	9.877.519	0	9.877.519	0	9.814.779	0	62.740
4490.51.00	0	12.779.966	0	12.779.966	0	10.918.012	0	1.861.054
4490.52.00	999.999	455.540	999.999	455.540	913.869	596	0	454.944

Fonte: SIAFI e SIGMCT

Não houve Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação no presente exercício, conforme solicitado pelo subitem 2.4.2.2 da Portaria-TCU nº 277, 07.12.2010.

III. Indicadores Institucionais.

A mensuração dos resultados alcançados avalia o desempenho dos gestores na busca do cumprimento da missão institucional considerando o uso de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, a saber:

Índices de execução orçamentária e financeira: indicador de eficiência, considerando a necessidade de adequação aos valores orçados e descentralizados para os órgãos executores do programa PNAE.

Índices de execução física: indicador de eficácia para medir a quantidade dessa execução realizada, em relação às metas estabelecidas para o período.

Taxa de resultados alcançados: indicador de eficácia, considerando a necessidade de avaliar o percentual médio de execução das ações consideradas para o desempenho institucional.

Índice de alcance do programa: indicador de efetividade, considerando a necessidade de medir o alcance do programa em relação aos seus públicos-alvo.

Fórmula de cálculo e método de medição

Os índices de Execução Orçamentária e Financeira são calculados a partir dos resultados do período:

OA : orçamento aprovado.
DC : descentralização de créditos.
Onde = $(DC/OA)*100$

FR : financeiro repassado.
DC : descentralização de créditos.
Onde = $(FR/DC)*100$

Os índices de Execução Física são calculados a partir do resultado físico do período:

MF : meta física.
EF : resultado da execução física.
Onde = $(EF/MF)*100$

A taxa de resultados alcançados é obtida a partir dos índices de Execução Física das ações consideradas na avaliação do Desempenho Institucional:

EF : resultado da execução física.
MF : meta física
n: número de resultados considerados
Onde = $\{\sum (EF/MF)/n\} * 100$

Para tentar medir o alcance do PNAE, foram consideradas as quantidades de usuários e/ou consultas atendidas pelos serviços ofertados pela AEB. Esse indicador é atualmente captado pela taxa de variação do número de acessos ao *site* da AEB na internet. Para a respectiva mensuração, consideramos o número de visitas ao site (sessões), parâmetro mais comumente usado para determinar o número de usuários que acessaram o *site* em num determinado período. Os acessos apurados, em 2009 e 2010, foram respectivamente: 51.822 (apurado pela média de 8.637 de novembro a dezembro) e 109.786.

NVN : número de visitas ao *site* no ano considerado pelo relatório.
NVN-1 : número de visitas no ano anterior.
n: número de *sites* considerados (AEB, Revista Espaço Brasileiro)
Onde = $\{\sum (NVN/NVN-1 -1)/n\} * 100$
Obs.: ainda não implementado

Análise do Desempenho

a) Indicadores de execução orçamentária e financeira:

Execução Orçamentária: em 2009 e 2010, a AEB descentralizou os respectivos percentuais de 81,16% e 77,94%, da dotação aprovada para os órgãos executores do PNAE: INPE/MCT e DCTA/COMAer/MD.

Comentário: a pequena redução das descentralizações foi em virtude da execução, na AEB, de parte da ação 7F40.

Execução Financeira: em 2009 e 2010, a AEB repassou os respectivos percentuais de 71,24% e 52,38%, da dotação descentralizada para os órgãos executores do PNAE: INPE/MCT e DCTA/COMAer/MD.

Comentário: a redução dos repasses em 2010 foi em decorrência da baixa execução dos executores e, ainda, em virtude de uma programação financeira restritiva para o exercício. Cabe destacar que, em virtude da elevada inscrição em restos a pagar do presente exercício, o financeiro para 2010 foi ainda menor. Assim, o aumento dos RP's inibe a programação do exercício. Do financeiro programado para 2010, 57,99% foram para RP.

b) Conforme informado no quadro 2;

c) Conforme informado no quadro 2;

d) Índice de Alcance do Programa: ainda não foi possível apurar o presente índice, considerando que iremos aprimorar e filtrar os acessos à página da AEB, a distribuição da revista e outros meios para tentar verificar a capilaridade do programa espacial brasileiro.

Outro ponto importante a ser mencionado na presente análise do desempenho operacional remete a execução interna da AEB. O órgão descentralizou 77,94% da dotação, 6,31% não foi executado e apenas 15,75% foi efetivamente executado internamente.

Execução Orçamentária das Despesas

O resultado mais expressivo foi na modalidade de dispensa de licitação que saltou para R\$ 23,4 milhões em 2010, contra R\$ 480 mil em 2009. O crescimento foi em decorrência da decisão do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República – CSN/PR, que autorizou a contratação das obras vinculada ao acordo bilateral Brasil/Ucrânia para o lançamento do foguete Cyclone-4, a partir do solo brasileiro. A AEB utilizou a ação 7F40 para implementar essa decisão, conforme autorizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

O aumento verificado na concorrência refere-se ao empenho emitido em favor do Consórcio PMM, para a construção de uma plataforma multimissão para utilização em diversos satélites brasileiros.

Outra alternativa para as contratações efetuadas que a AEB vem aperfeiçoando é a Adesão às Atas de Registro de Preços. A capacitação dos servidores dessa área proporcionou conhecer melhor a dinâmica do Sistema Integrado de Serviços Gerais – SISG, adequando as necessidades da AEB ao que os outros órgãos já compraram ou contrataram. O valor do pregão eletrônico continua em um nível que atende aos interesses da instituição.

Levando em consideração o orçamento aprovado e o efetivamente liberado para movimentação e empenho, podemos afirmar o sucesso na execução orçamentária e financeira da AEB, assim como ao analisarmos as metas físicas executadas quando comparadas com o programado.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Valores em R\$

12 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	470.030,02	0,00	0,00	470.030,02
2008	1.723.443,41	0,00	1.253.413,39	470.030,02
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	35.647.977,53		10.811.419,52	24.836.558,01
2008	41.273.040,36	34.134.596,72	7.054.511,98	83.931,66
Fonte: SIAFI				

Os Restos a Pagar não Processados de 2008, refere-se principalmente, ao convênio firmado com o ISAE/FGV, no valor de R\$ 40.740.000,00. Repassou ao conveniente em 2009, R\$ 6.605.403,28 e anulou o saldo de R\$ 34.134.596,72, considerando o término do convênio em novembro de 2010. Em 2009, essa conta continuou com seu saldo alto em virtude de convênio assinado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura do Maranhão – SINFRA/MA, no valor de R\$ 30.000.000,00. A diferença representa outros convênios assinados, contratos de serviços e outras despesas.

O saldo a pagar refere-se ao convênio com a SINFRA/MA e demais fornecedores.

Os Restos a Pagar Processados dos exercícios de 2008 e 2009 continuam no mesmo patamar, considerando que o objeto contratado com o Consórcio PMM continua em análise, pois é componente eletrônico desenvolvido e submetido a testes.

Não houve evolução dos RP da UJ no período analisado. O impacto financeiro no exercício representa uma diminuição na capacidade de pagamento, mas esse impacto foi planejado quando da autorização para a sua inscrição.

Os RP's Processados e Não Processados existentes por mais de um exercício, têm como justificativa: a) componente eletrônico sendo analisado pelo INPE, e b) construção e pavimentação da Rodovia MA-106, que liga o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA ao porto de Cujupe. Essa obra está amparada no convênio com a AEB a SINFRA/MA, portanto, passível de continuar inscrito até o término do objeto do convênio.

Não há existência de RP anterior a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto e não ocorreram eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão dos Restos a Pagar.

5. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

a) Composição do quadro de servidores ativos

13 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	8	8	0	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	2	2	2	2
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	32	32	4	4
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	1	1	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	4	4	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	2	2	1	1
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	30	30	2	4
2.2.4 Sem vínculo	43	43	4	3
2.2.5 Aposentado	8	8	4	4
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	2	2	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	2	2	2	0
3 Total				

Fonte: SIAPE

14 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	7	9	19	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	1	0	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	12	17	23	11
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	2	1

Fonte: SIAPE

b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

15 – Composição do Quadro de Servidores Inativos

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	1	0
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: SIAPE

16 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	1	0
2. Proporcional	0	0

Fonte: SIAPE

c) Composição do quadro de estagiários

17 – Composição do Quadro de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
• Área Fim	5	0	11	13	136.512,00
• Área Meio	1	0	1	1	14.832,00
Nível Médio					
• Área Fim	0	0	0	0	,00
• Área Meio	0	0	3	3	8.622,00

Fonte: SIAPE

d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

17 – Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	440.412,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.412,19
2009	375.715,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375.715,91
2010	348.598,34	0,00	0,00	0,00	41.976,10	0,00		390.574,44
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	33.790,13	0,00	0,00	0,00	10.352,94	0,00	0,00	44.143,07
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	71.880,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.880,82
2009	92.777,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.777,21
2010	91.454,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.454,93
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	2.718.979,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.718.979,22
2009	2.456.927,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.456.927,95
2010	2.298.118,93	0,00	0,00	0,00	195.465,26		0,00	2.493.584,19
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	21.892,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.892,52
2009	25.681,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.681,61
2010	27.365,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.365,65

Fonte: SIAPE

e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-obra

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Agencia Espacial Brasileira													
UG/Gestão: 203001/20402							CNPJ: 86.900.545/0001-70						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	3	O	011/2006	Planalto Service Ltda	26/12/2007	25/12/2008	7	7	0	0	0	0	E
2008	3	O	009/2008	SLASS Consultoria e Serviços Ltda	26/12/2008	25/12/2009	7	7	0	0	0	0	A
2009	3	O	009/2008	SLASS Consultoria e Serviços Ltda	26/12/2009	25/12/2010	7	7	0	0	0	0	P
2008	6	O	006/2007	Dcorline Conservação e Serviços Ltda	12/11/2007	11/11/2008	16	0	12	0	0	0	A
2009	6	O	006/2007	Dcorline Conservação e Serviços Ltda	12/11/2008	1/6/2009	16	0	12	0	0	0	E
2009	6	O	010/2009	Orion Serviços e Eventos Ltda	2/6/2009	11/11/2009	16	0	12	0	0	0	E
2010	6	O	010/2009	Orion Serviços e Eventos Ltda	12/11/2009	11/11/2010	17	0	15	0	0	0	P
2008	7	O	001/2006	San Marino Serviços de Transporte Ltda	23/4/2008	18/1/2009	5	5	0	0	0	0	E
2009	7	O	001/2009	Sermatec Assistencia Tecnica Ltda	19/1/2009	18/1/2010	4	4	0	0	0	0	E
2010	7	O	001/2010	Barão Tur Transporte e Turismo Ltda-ME	19/1/2010	18/1/2011	5	5	0	0	0	0	A
2008	1	O	002/2005	Sevegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional	10/7/2007	10/7/2008	2	2	0	0	0	0	A
2009	1	O	002/2005	Sevegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional	11/7/2008	10/7/2009	2	2	0	0	0	0	A
2010	1	O	002/2005	Sevegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional	17/7/2009	10/7/2010	2	2	0	0	0	0	E

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Licitações e Contratos/DPOA

Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
009/2008 - Serviços de Copa e Cozinha	Copa	7	Agencia Espacial Brasileira - AEB
010/2009 - Apoio Administrativo	Dependências da AEB	32	Agencia Espacial Brasileira - AEB
001/2010 - Outras	Motoristas	5	Agencia Espacial Brasileira - AEB

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Divisão de Licitações e Contratos/DPOA

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Absenteísmo: prática habitual de abandonar o cumprimento de deveres e funções de determinado posto ou cargo em decorrência de afastamento para tratamento da saúde própria por motivo de doença. Pelo baixo número de funcionários, não há registro de aumento na quantidade de licenças, conforme os trimestres analisados.

Acidente de trabalho e Doenças Ocupacionais: não se aplica;

Rotatividade (turnover): Devido a UJ ser composta basicamente de servidores que não pertencem ao quadro efetivo, há uma grande rotatividade de servidores quando da mudança de dirigentes. Essa falta de efetivo, pode, inclusive, afetar o desempenho dos projetos em andamento, causando prejuízo nos objetivos finalísticos, funcionais e organizacionais da instituição;

Educação Continuada: A AEB vem investindo em projetos de retenção de talentos e em desenvolvimento profissional, a fim de investir não apenas no crescimento organizacional como também contribuir para a qualificação profissional.

Enquanto se aguarda a aprovação do plano permanente de capacitação e a implementação do plano anual de capacitação a AEB atende as necessidades demandadas de cada unidade organizacional solicitante.

Neste contexto, convém salientar que no ano de 2010 foram investidos R\$ 36.072,00 (trinta e seis mil e setenta e dois reais) na qualificação, treinamento, desenvolvimento e participação em congressos e similares no total de 25 servidores.

O programa de estágio foi realizado em todas as unidades, foram ofertadas 37 vagas para Nível Superior, sendo 4 destinadas aos portadores de deficiência e 19 vagas para Nível Médio, sendo 2 destinadas aos portadores de deficiência. Dessas, foram preenchidas 10 de NS, sendo 1 portador de deficiência e 3 de MN, totalizando 13 vagas preenchidas por estudantes. O principal objetivo foi integrar os jovens ao sistema corporativo;

Satisfação e Motivação: todos os funcionários trabalham com denodo e profissionalismo no desempenho de suas funções, pois grande parte exerce função de confiança;

Disciplina: a AEB segue a legislação aplicável ao serviço público;

Desempenho Funcional: a unidade jurisdicionada vem aprimorando as sistemáticas de avaliação capazes de acompanhar o crescimento dos servidores que exercem suas atribuições e, ao mesmo tempo, efetivar uma ligação com os propósitos maiores não só das unidades a que os servidores estejam vinculados, mas também com os propósitos da AEB como um todo;

Níveis Salariais: O atual Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE pertencentes ao quadro ativo permanente da instituição não atende as suas funções específicas e atribuições, dificultando, assim, o bom desempenho da sua missão institucional; e

Trabalhistas: não se aplica.

Desde a lei de criação da AEB, já estava prevista a existência de quadro de pessoal efetivo e de cargos em comissão. No entanto, o atual quadro efetivo encontra-se inadequado para as suas funções e atribuições. Convém lembrar que, dos 115 (cento e quinze) cargos ativos permanentes previstos no Anexo II da Lei nº 8.854/94, apenas 8 (oito) estão preenchidos e houve uma drástica redução dos cargos comissionados, dos 170 (cento e setenta) cargos previstos no Anexo I, para apenas 79 (setenta e nove).

Diante dessas constatações, há necessidade de uma adequação quantitativa e qualitativa dos quadros existentes para que seja promovida o estreitamento orgânico e funcional, visando atender não só os aspectos legais, mas, também, o perfil institucional.

A necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado, visa proporcionar ao órgão alcançar um nível competitivo nos cenários nacional e internacional na área espacial. A AEB encontra-se em processo de capacitação e modernização das instalações e sistemas do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, além do tratado de cooperação de longo prazo com a Ucrânia e outras diversas parcerias com diversos países e a criação do Centro Espacial de Alcântara (CEA).

Neste contexto, levando em consideração a complexidade tecnológica e o grande vulto do empreendimento relacionado à implantação do CEA, torna-se irrefutável a adequação da estrutura organizacional da AEB, para que possa dotá-la de condições mínimas de recursos humanos para levar à efeito sua missão.

Quanto aos planos de capacitação do quadro de recursos humanos estes ainda não foram aprovados para que sejam colocados em práticas.

Quanto à política remuneratória da UJ esta é regida pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Inexistem terceirizados que atuem em atividades finalísticas na administração da AEB.

A AEB não dispõe de indicadores de Recursos Humanos e não há previsão para a sua implantação.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

20 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA									
CNPJ: 86.900.545/0001-70					UG/GESTÃO: 203001/20402				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
CON V	511074	FUNCATE	850.000,00	45.000,00	,00	850.000,00	15/10/04	30/09/11	Adimplente
CON V	511075	FUNCATE	1.910.000,00	121.000,00	660.000,00	1.910.000,00	15/10/04	28/02/12	Adimplente
CON V	517883	FINEP	30.000.000,00	,00	,00	30.000.000,00	31/12/04	31/12/11	Adimplente
CON V	524469	FUNCATE	1.247.722,79	84.970,00	,00	1.247.722,79	08/07/05	30/11/10	Adimplente
CON V	535295	FUNCATE	1.595.479,65	159.500,00	618.820,00	1.298.312,50	23/12/05	31/10/10	Adimplente
CON V	574724	FUNCATE	2.950.000,00	295.000,00	1.500.000,00	2.950.000,00	05/12/06	31/08/11	Adimplente
CON V	574725	FUNCATE	1.521.766,79	145.000,00	,00	1.521.766,79	05/12/06	31/10/11	Adimplente
CON V	638896	ISAE	40.740.000,00	2.144.210,50	,00	6.605.609,04	22/12/08	28/08/11	Adimplente
CON V	704393	SINFRA	30.000.000,00	3.000.000,00	5.301.221,67	5.301.221,67	13/08/09	24/07/11	Adimplente
CON V	724487	LSI-TEC	7.907.750,00	324.000,00	4.308.000,00	4.308.000,00	21/12/09	30/10/13	Adimplente
CON V	749464	ANPROTE C	6.277.244,00	,00	3.362.244,00	3.362.244,00	05/11/10	04/04/11	Adimplente
CON V	749716	ITP	7.301.695,19	,00	,00	,00	08/12/10	08/10/11	Adimplente
CON V	750893	FUNCATE	3.705.000,00	,00	,00	,00	20/12/10	31/10/15	Adimplente

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI/SICONV

21 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA						
CNPJ:86 900 545 0001-70				UG/GESTÃO:203001/20402		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	2	3	0	6.605.403,03	14.345.125,93
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	1	2	3	0	6.605.403,03	14.345.125,93

Fonte:SIAFI/SICONV

22 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					
CNPJ:86 900 545 0001-70			UG/GESTÃO:203001/20402		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	10	133.163.661,74	56.669.256,71	108.752.579,24	43%
Contrato de Repasse				,00	
Termo de Parceria				,00	
Termo de Cooperação				,00	
Termo de Compromisso				,00	
Totais	10	133.163.661,74	56.669.256,71	108.752.579,24	43,00%

Fonte:SIAFI/SICONV

23 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e Valores em de contratos de repasse. R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					
CNPJ: 86 900 545 0001-70			UG/GESTÃO: 203001/20402		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		10	
		Montante Repassado		16.886.456,67	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	2	
			Montante Repassado (R\$)	1.618.820,00	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	
Montante Repassado (R\$)	0				
2009	Contas prestadas	Quantidade		3	
		Montante Repassado (R\$)		6.842.703,28	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		0	
2008	Contas prestadas	Quantidade		4	
		Montante Repassado (R\$)		2.075.600,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		0	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		0	

Fonte: SIAFI e SICONV

24 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA						
CNPJ: 86 900 545 0001-70			UG/GESTÃO: 203001/20402			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas			2		
		Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		2	
	Montante repassado (R\$)		1.618.820,00			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	
			Quantidade Reprovada		0	
			Quantidade de TCE		0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
Montante repassado (R\$)			0			
2009	Quantidade de contas prestadas			1		
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	
	Quantidade Reprovada		0			
	Quantidade de TCE		0			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0		
Montante repassado (R\$)		0				
2008	Quantidade de contas prestadas			5		
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada		5	
	Quantidade Reprovada		0			
	Quantidade de TCE		0			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0		
Montante repassado		0				
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0		
		Montante repassado		0		

Fonte: SIAFI e SICONV

A AEB assinou no presente exercício convênios com diversas entidades privadas sem fins lucrativos, tendo como amparo o Decreto nº 6.170/07 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/08.

Os convênios firmados são uma extensão das competências institucionais do órgão. Nesses instrumentos são verificadas a capacidade técnica e operacional para o cumprimento do objeto firmado.

A AEB possui convênios em execução. Todos se encontram adimplentes. Quanto ao Decreto nº 93.872/86 e demais legislações, os empenhos seguiram o que preconizam a legislação aplicável.

Houve uma pequena evolução na assinatura de novos convênios, mas os valores transferidos não foram na mesma proporção, considerando que alguns convênios foram anulados parcialmente.

Todos os convênios seguem rigorosamente a legislação. As prestações de contas são apresentadas conforme os termos assinados; as análises das prestações de contas são efetuadas pela contabilidade analítica. O quadro de recursos humanos é reduzido em função da pequena quantidade de convênios assinados.

Com o advento do SICONV, a AEB vem utilizando as informações nele cadastradas para acompanhar os convênios assinados. No exercício foram efetuadas fiscalizações *in loco* em apenas dois convênios em virtude do seu término.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Declaramos para os devidos fins do presente relatório de gestão que as informações solicitadas neste item encontram-se disponíveis e atualizadas nos respectivos sistemas SIASG e SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010. As declarações foram prestadas pelos Coordenadores de Recursos Logísticos – CRL e Orçamentário e Financeiro – COF, responsáveis pela execução dos respectivos sistemas.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Após o término do prazo de entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, a AEB solicita aos seus funcionários a entrega de uma cópia da respectiva declaração lacrada. As declarações são arquivadas em cofre e estão disponíveis para consulta somente aos próprios interessados e aos órgãos de controle interno e externo, na forma da Lei nº 8.370, de 10.11.1993.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

25 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento					
	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

26 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <i>(R: Monitores com recursos de economia de energia. O impacto não foi medido)</i>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <i>(R: Cartuchos de impressora)</i>				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <i>(R: O critério não foi explicitado)</i>				X	

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? (R: Intranet; mural de avisos)				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais: As respostas aos quesitos apresentados foram discutidas com todos os funcionários que trabalham nas áreas de TI e de licitações.		X			
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

27 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					6 servidores; 5 terceirizados; 8 bolsistas; 4 estagiários
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		X			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					45%

12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: As respostas aos quesitos apresentados foram discutidas com todos os funcionários que trabalham na área de TI.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

28 – Cartão de Pagamento do Governo Federal

Ano	Servidor	Faturado	Valor
		ND	
2010	André Machado	30	3.032,05
		39	370,00
Subtotal			3.402,05

2010	José Viana	30	830,24
		39	84,00
Subtotal			914,24
Total			4.316,29

Fonte: SIAFI

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

29 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Agência Espacial Brasileira - AEB					4243
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Não houve					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

30 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Agência Espacial Brasileira - AEB					4243
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Não há					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

31 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Agência Espacial Brasileira/AEB			4243
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Ofício nº 28110/DICIT/DI/SFC//CGU-PR		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura - CGU			
Descrição da Recomendação:			
Divulgação das Contas conforme o Decreto nº 5.481/2005			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Comunicação Social-CCS/AEB			4243
Síntese da providência adotada:			
Atualização do Sítio da Agência Espacial Brasileira/AEB contendo a publicação dos Relatórios de Auditoria e Relatórios do Gestor			
Síntese dos resultados obtidos			
Dados divulgados (transparência)			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Agência Espacial Brasileira/AEB			4243
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Acompanhamento da Gestão – Relatório de Auditoria nº 253264, de 30/09/2010/CGU	3.1.1.1-Informação (001)	Ofício nº 39339/DICIT/DI/SFC//CGU-PR, de 30/09/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura – CGU			
Descrição da Recomendação:			
Exame do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2011			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Auditoria Interna AIN/AEB			
Síntese da providência adotada:			
O Plano Nacional de Atividades de Auditoria Interna-PAINT 2011, conforme recomendação da CGU foi revisado e enviada nova versão à Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU através do Ofício Nº 90/PRE/2010, de 20/12/2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhor adequação das atividades de auditoria interna, levando-se em consideração a força de trabalho da AIN/AEB			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve			

32 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código

			SIORG
Agência Espacial Brasileira/AEB			4243
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Não há			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Não houve em 2010 deliberações do TCU dirigidas a esta Unidade Jurisdicionada; não houve deliberações do TCU pendentes de cumprimento no âmbito da AEB; e, também, não houve recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) pendentes de atendimento no âmbito da AEB.

Atenciosamente,

Thyrso Villela Neto
Presidente em exercício

ANEXOS

33 – Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			203001/20402
<p style="text-align: center;">Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA	Data	27/02/2011
Contador Responsável	MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA DANTAS DE OLIVEIRA	CRC nº	DF-019003/O-60